

A nível tecnológico, o sistema judicial português pode ser um modelo para a Alemanha

Por SANDRA GOMES PINTO



Advogada e sócia fundadora da SGP & Associados

HÁ TRÊS ANOS QUE DOU PALESTRAS NA Universidade de Heidelberg, uma das mais prestigiadas universidades da Alemanha, que já formou 55 vencedores do Prémio Nobel. A última vez que lá estive foi no final do ano passado e fiquei espantada com o crescente interesse dos alunos alemães no direito português e brasileiro. Este encontro teve ainda mais participação que os anteriores, o que demonstra a influência de Portugal na comunidade jurídica lusófona com centenas de milhões de pessoas em todo o mundo que falam português.

Entre os 40 alunos que assistiram à palestra, estavam também filhos de emigrantes portugueses que ficaram muito contentes por Portugal estar a dar cartas com soluções inovadoras na área da informática nos tribunais e na administração em geral. A nível tecnológico, o sistema judicial português pode ser um modelo para a Alemanha, onde a implementação informática está num estado embrionário.

Hoje, a língua já não é uma barreira e os alunos apreciam muito o facto da estrutura de pensamento jurídico em Portugal ter uma base eminentemente alemã, o que torna as relações jurídicas entre estas duas jurisdições mais fácil. No quadro da União Europeia, os advogados têm de cooperar com profissionais de outras jurisdições porque, com facilidade, os tribunais portugueses ou alemães podem ser chamados a aplicar o direito de outro estado-membro da União Europeia. Quem está habituado a aplicar

o direito alemão, tem também muita facilidade em perceber e aplicar o direito português porque a estrutura e os princípios são os mesmos e, em muitos casos, as soluções jurídicas finais são idênticas.

Neste evento na Universidade de Heidelberg tive a oportunidade de falar sobre a minha experiência de 25 anos de contencioso e arbitragem em Portugal, bem como sobre os casos judiciais que envolvem as jurisdições alemã e portuguesa. A influência alemã no direito português é transversal, desde a sua Constituição, que é uma influência da Constituição de Bona, até ao Código Civil que tem a mesma estrutura do BGB alemão e as mesmas bases e princípios.

Portugal destaca-se a nível europeu na modernização e informatização da justiça, como é exemplo a plataforma Citius. Não existe nenhuma semelhante na Alemanha. Aliás, a arbitragem fiscal é uma experiência na qual Portugal é pioneiro a nível mundial. Esta urgência em encontrar uma solução de arbitragem fiscal online e com tempos mais curtos também não faz tanto sentido na Alemanha para os casos de rotina, porque a Alemanha não tem o mesmo nível de morosidade da justiça que existe em Portugal.

Na bagagem trago mais um convite para uma palestra na Alemanha sobre análise e comparação do direito português com o direito alemão e também candidaturas espontâneas de alunos que querem estagiar na SGP & Associados. ●